

## **Autoridade na contemporaneidade: do conceito à acepção**

Maridulce Ferreira Lustosa<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo trata da temática “autoridade” a partir da formação de vínculos afetivos. Faz um breve resgate dos conceitos de autoridade construídos por alguns autores, tais como Richard Sennett, Hannah Arendt, Max Weber e outros. Partindo de Richard Sennett, analisa os laços de rejeição da autoridade e suas imagens construídas processualmente nas relações sociais, com o objetivo de refletir sobre essa temática na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** autoridade, legitimidade e força.

### **Authority in contemporary: from concept to meaning**

**ABSTRACT:** This article deals with the themes of authority from the formation of emotional bonds. It does a brief recovery of the concepts of authority built by some authors such as Richard Sennett, Hannah Arendt, Max Weber and others. From Richard Sennett, examines the bonds of authority and image rejection of the authority built procedurally societal relations in order to reflect on this theme in the contemporary world.

**Keywords:** authority, legitimacy and strength

## **INTRODUÇÃO**

Tratar da temática autoridade a partir da formação de vínculos afetivos tem sido desafiador, pois, em face da realidade, esse termo está fragilizado, sobretudo em decorrência das relativizações de valores antes muito bem definidos nas relações sociais. Assim, as pessoas têm-lhe demonstrado descrédito. Os entrecruzamentos das relações sociais construídos historicamente nas famílias, academias, mundo do trabalho ou meios informais demonstram a clarividência das emoções surgidas no interior do homem, quando se trata desse tema.

---

<sup>1</sup> Mestre em História Cultural pela PUC GO. Pós-graduada em Docência Universitária pela PUC GO e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas. Atua na docência de Ensino Superior em várias IES. [m.lust@hotmail.com](mailto:m.lust@hotmail.com)

Este artigo relaciona as percepções, os conceitos e as formas como a autoridade tem sido construída historicamente nas relações sociais a partir dos autores selecionados. Analisa os vínculos de rejeição e imagens da autoridade a partir de Richard Sennett e, ao final, esboça a tentativa de “ousar” compreender o porquê de hodiernamente se vivenciar até certo “medo” de pronunciar essa palavra que, por si só, traduz alteridade.

## **CONCEITOS DE AUTORIDADE**

Ao refletir sobre a ideia básica de autoridade, percebe-se sempre sua vinculação às relações de poder. Nessa correlação, está intrínseca a ideia de força que se sobrepõe e que nem sempre está vinculada ao direito do sujeito de exercê-la. São as condições que definem se serão contratuais ou unicamente repressivas.

Sabe-se que a autoridade produz domínios de influência sobre o homem, objetos e instituições, porque pressupõe esse exercício do poder. Como tal, sugere gerir a vida dos homens, no seu aspecto social e media suas ações nas atividades produtivas. No seu aspecto individual, a autoridade implica a capacidade do homem de se autogerir. Este dá lei ao seu próprio corpo e cognoscência. Esse tipo específico de poder requer o exercício da capacidade de disciplina, que acontece quando esse homem estabelece fronteiras para si mesmo, sejam elas de abrangência ou de resistência. Um exemplo que pode ser citado é o da disciplina como controle do tempo; isto é, ela estabelece uma sujeição da ação do sujeito ao tempo, com o objetivo de produzir, com rapidez e eficácia, um maior desenvolvimento de si mesma. Sennett (2001) assevera que, no seu aspecto coletivo, o ingrediente essencial da autoridade é a capacidade de força que o homem tem e que usa para guiar outros por meio da disciplina ou da influência que modifica comportamentos. Historicamente, não é pouco comum, nas diversas culturas, o estabelecimento de referências e modelos estabelecidos para servir como exemplos de padrão superior de comportamentos a serem seguidos. Assim, dentre outras formas, a autoridade tem sido construída historicamente nas relações sociais. Logo, pressupõe-se, em caráter introdutório, que a autoridade é a interpretação de uma correlação de força, seja ela explícita ou implícita.

Não é tão fácil definir a palavra autoridade, contudo as pessoas, de um modo geral, têm, conforme Sennett, (2001, p.28), um conceito dela, mesmo que intuitivo. Começemos com a Enciclopédia Barsa:

[...] autoridade envolve a noção correlata de legitimidade sendo o poder de mandar, de fazer-se respeitar e obedecer. Originalmente, e no sentido literal, era o poder atribuído ao autor, àquele que produz. Em sociologia, é o controle exercido por uma ou mais pessoas ou entidades sobre outras ou mais pessoas com base no poder atribuído a determinadas posições sociais (2005, p.225).

Resgata-se, dessa definição, a frase “autoridade envolve noção correlata de legitimidade”. O primeiro aspecto é o de que, ao se pensar sobre autoridade, um quesito essencial é o da valorização da legitimidade. Pode-se, pois, significá-la como a característica que confere poder ao ser que exerce a autoridade por ser ela portadora da essência verossímil da verdade, ou seja, aquilo que tem ou é feito segundo sua própria natureza, que conserva essência pura, que não é adulterado.

Rousseau (2002) já dizia que a autoridade está nos homens, não vem de fora para dentro. O que confere a autoridade ao homem é sua capacidade de exercer sua autonomia e esta, para ele, se constitui na capacidade que o homem deve ter de dar leis a si mesmo. Assim, pode-se afirmar que a autoridade nasce no homem que é capaz essencialmente de conferir seus atos, e isso o torna reconhecido por outrem que espontaneamente lhe confere a supremacia sobre si. Logo, pensar na autoridade como formação de vínculos afetivos implica que as relações sociais não devem ser concebidas pelo exercício da coerção ou persuasão.

No sentido mais geral, tem-se entendido que autoridade é uma tentativa de interpretar as condições das relações de poder. Sennett (2001) afirma que estas são duas: controle e influência, as quais podem ser vistas como imagens de força.

A palavra latina que significa autoridade é auctor, que tem o sentido de poder dar garantias a terceiros sobre o valor duradouro do que faz (SENNETT, 2001, p.32). Nas sociedades humanas, o exercício de autoridade atinge, entretanto, níveis muito complexos de interação, razão por que esse processo

de interpretação do poder deve ser entendido a partir de uma premissa muito importante, que é a de qual dimensão de sentimento foi dada pelo sujeito que recebeu a ação de autoridade. Nesse sentido, Sennett (2001) contribui afirmando que o que tem que ser percebido é o quanto de sentimento de autoridade está nos olhos de quem a vê ou a recebe.

Essa discussão da autoridade compreendida como laço afetivo/emoção tem percurso histórico, uma vez que as emoções fazem parte integrante do homem. Daí ser necessário considerar que é indissociável o poder tanto para quem exerce como para quem recebe. As formas como esse “poder” é aplicado manifestam-se a partir de cada cultura e podem ou não ser desdobradas a partir de hierarquias de acordo com as diversas esferas das relações sociais.

Historicamente, o conjunto de teorias sobre autoridade, galgadas pela Antiguidade Clássica, filia-se ao processo iniciado pelos gregos e romanos. Arendt (2007) vê a autoridade como uma das três principais fundações para o povo romano. Afirma a autora que o conceito de “autoridade” teve sua origem na importância que os romanos atribuíam à fundação da cidade de Roma. Eles entendiam até que qualquer outra criação ou alargamento de fronteiras deveria ser extensão da cidade, daí emerge o sentido da palavra “pátria”. Dava-se tanta importância à cidade que os romanos até ofereciam aos “deuses do povo um lar permanente, ao contrário dos gregos cujos deuses tinham a função de proteger as cidades dos mortais e por vezes habitavam nelas, contudo, possuíam sua morada distante das dos homens no Monte Olimpo”. (ARENDR, 2007, p.163).

É nesse contexto que a palavra *auctoritas*, derivada do verbo *augere*, ‘aumentar’, aparece. Ela significava aquilo que a autoridade ou os de posse dela (anciões, senado ou os patres) constantemente aumentava (o que era a fundação do povo, sua tradição).

Hannah Arendt (2007) descreve a autoridade no interior da categoria política como pilar de sustentação dos romanos, juntamente com a tradição e a religião. Nesse sentido, esses dois pilares têm grande importância para a formação da autoridade porque o valor da tradição, dentre outros aspectos, é decorrente do fato de ela “santificar” o passado e legá-la de uma geração para outra, tornando, assim, sempre vivo, o testemunho dos antepassados que

viram a fundação da cidade de Roma. A pesquisadora afirma que, enquanto essa tradição fosse ininterrupta, a autoridade estaria intacta para os romanos.

A religião concorreu para que o sentido de autoridade tomasse toda essa força para os romanos, pois os auspices tinham força religiosa para, em nome do divino, aprovar ou desaprovar as decisões tomadas pelos homens. Os deuses também tinham mais que poder sobre os homens: “eles aumentavam e confirmavam as ações humanas, mas não as guiavam” (ARENDRT, 2007, p.165). Assim, toda autoridade derivava dessa fundação; de remeter cada ato ao sagrado início da história romana. Percebe-se o grau de entrelaçamento e sustentação que um pilar concedia ao outro na cultura romana.

Essa reflexão arendtiana é importante para o entendimento das mudanças ocorridas na época moderna, período em que a História emergiu como algo que jamais fora antes. Arendt afirma: “a História não mais se compôs, prioritariamente dos feitos e sofrimentos dos homens ou com os eventos que afetaram a vida dos homens, mas tornou-se um processo feito pelo homem” (2007, p.89). Logo, as bases constituintes da autoridade a partir da formação de vínculos se fixaram nas relações sociais. As formas tradicionais foram embasadas na figura do pai de família, provedor e sustentador da casa, portanto figura do senhor que exerce o poder de decisão. Nesse sentido, autoridade pressupunha obediência dos outros membros da família.

Esse modelo de relação privada naturalmente amalgamou também as relações estabelecidas nos diversos grupos sociais. Logo, a estrutura de hierarquia da instância família, na condição de instituição privada, tornou-se, desde os gregos, o modelo para as relações nas instituições de instância pública.

Essa relação patriarcal e hierárquica, em que a autoridade implicava uma obediência e os demais membros da família mantinham uma liberdade restrita, constituiu-se no sustentáculo das sociedades ocidentais.

Nesse caso, o significado de “autoridade” relaciona-se essencialmente com o caráter de obediência. Para Arendt (2007), obediência não se confunde, necessariamente, com noções de força e violência. Comumente, legitima-se a instrumentalização estatal da violência e da força como pretense artifício para a manutenção da autoridade e da ordem, contudo, para a autora, a necessidade

da força e da violência evidencia, antes, a impotência de um governo, bem como a ausência de autoridade da esfera pública.

No pensamento social moderno, há duas escolas com visões diferentes. Sennett explica que a primeira entende serem as condições de poder o determinante maior do que o sujeito vê e sente. Seu expoente é Max Weber, que se contrapõe aos marxistas, especialmente a Jules Guesde, na França. Este tomava como verdade que as ideias da classe dominante eram as ideias de poder, ou seja: as pessoas pensavam aquilo que os poderosos lhes inculcavam como crença. Weber contrapõe-se a isso ao questionar: Como se poderia explicar então o surgimento da inteligência crítica ou o prelúdio das revoluções? Para Max Weber, a autoridade é tida como produção da obediência voluntária; e a simples obediência não diz nada no que tange à questão da autoridade, mas no instante em que alguém obedece por vontade própria, essa pessoa está pensando no ser a quem obedece como dotado de autoridade. Sennett afirma que “a pessoa que disciplina seus recursos e tem autocontrole é uma figura autônoma, capaz de disciplinar os outros e até fazer com que se sintam envergonhados” (2001, p.128).

Segundo Weber (apud SENNETT, 2001) há três categorias da autoridade no poder: tradicional – uma crença estabelecida em tradições imemoriais –; legal/racional – que se baseia numa crença na legalidade das normas e no direito de dar ordens, que fica reservado aos que ocupam cargos, sejam eles políticos ou institucionais – e carismática – que se assenta a um grupo de seguidores com devoção à sacralidade, à força heróica ou exemplar de um indivíduo e da ordem relevada por ele. (Ex. Jesus, Maomé). Dessa classificação weberiana, os aspectos mais importantes, dentre outros, são o de podermos identificar quando a autoridade é legítima (quando existe o sentimento de obediência voluntária), e de qual categoria ela parte ou a partir de qual ela se embasa.

Freud concorda com as pessoas que pensam que a autoridade consiste em perceber a força nos outros, independente do conteúdo do que percebam, pois, para ele, as imagens de autoridade são formadas na infância e persistem na vida adulta: “quando adultos, interpretamos não o que existe, mas o que um dia existiu em nossa vida; acredito que os atos dos nossos pais contribuem para nossa imagem de sua força.” (FREUD apud SENNETT, 2001,

p.37). Foi esse medo freudiano que influenciou a escola de Frankfurt, especialmente Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Erich Fromm e Walter Benjamin, ao combinar a Psicanálise com a crítica social marxista. Assim, foi publicada, em 1936, a obra *Autoridade e Família* (1936). Theodor Adorno, que reflete sobre suas preocupações em *A personalidade autoritária*, obra de 1950, mostra os mecanismos psicológicos pelos quais as imagens infantis da força persistem na vida adulta e nas condições sociais que estimulam ou retardam a persistência desses padrões infantis. Já Max Horkheimer falou de como, à medida que se desgastaram os controles do pater familias burguês no século XIX, se passou a esperar que o Estado entrasse em cena e funcionasse como substituto.

Hoje, com o desgaste da manutenção da autoridade nas relações familiares, percebe-se que o mesmo tem acontecido, porém a atribuição tem sido devotada por alguns à escola.

Sabe-se, contudo, que o exercício da autoridade, enquanto processo universal sofre imensas variações quanto à sua investidura, uma vez que ela pode começar desde a coerção física ou uso da força explícita (“a lei do mais forte”), até os sutis mecanismos de liderança carismática (força implícita). Esse fenômeno não se restringe apenas às sociedades humanas. No reino animal, constata-se um acordo de domínio e subordinação, em que se distingue um “detentor de autoridade”, em geral o macho fisicamente mais capaz.

Com isso, constatamos que a construção da autoridade é fruto da experiência de cada espécie e, no caso do homem, de como a cultura específica de um povo tem sido construída, considerando também os seus fatores intervenientes. Um exemplo que pode ser percebido na contemporaneidade, especialmente no Brasil, é o de que, com o processo de globalização e a chamada “revolução tecnológica”, não houve só a abertura de mercados e de comunicação; dentre tantos outros fatores, percebeu-se que, com a criação das múltiplas formas de o homem se relacionar, as mudanças na formação dos laços sociais também aconteceram. O livre arbítrio, com ampla liberdade de escolha, em que o indivíduo não quer para si o mínimo de cerceamento, é uma das características que interferem na forma como cada indivíduo se apropria da sua realidade. Assim, tem-se percebido que, no âmbito da Família, da Escola e do Estado, a flexibilidade se faz necessária.

Autoridade pressupõe poder, e esse poder emana do povo; de sua força de voz coletiva que faz cumprir as leis (que é a expressão do *nomos* da verdade). E esse sujeito povo faz-se presente como sujeito que interage com a realidade na qual está inserido, buscando modificá-la.

## **AS CRISES DE AUTORIDADE**

Analisar os vínculos de rejeição da autoridade baseados em pessoas com poder desigual também é imprescindível porque se precisa do negativo para obter a impressão. Conhecendo-a, fica-se sabendo aquilo que cada um quer. Sennett (2001) descreve de forma muito interessante três modos pelos quais se constroem os laços de rejeição: o medo da força de uma autoridade, a que chamou de “dependência desobediente” (baseada numa concentração compulsiva da atenção do subordinado para com a hierarquia); a impressão de uma imagem positiva e ideal de autoridade a partir da imagem negativa existente, que é o processo da substituição idealizada (o sujeito compreende que uma autoridade real e digna de crédito tem o direito do exercício do poder sobre ele); por fim, o modo como se estabelece uma fantasia a respeito do desaparecimento da autoridade (a superfície das rejeições é pela fantasia do desaparecimento).

A relevância social desses vínculos de rejeição está na facilidade com que os construímos cotidianamente; mas a linguagem da rejeição da autoridade remonta a um objetivo nobre do fim do século XVIII: o de instilar o desejo de liberdade entre as massas populares. Esses vínculos foram originalmente instituídos quando a linguagem se estendeu da política, no século XVIII, para a situação econômica, no século XIX. O alemão Fichte (1793), escrevendo sobre a Revolução Francesa, afirma que, desde o momento em que nascemos à razão nos pediu que travássemos um longo e terrível duelo entre a liberdade e a escravidão. “Se fores mais forte, dizia-nos a razão, serei tua escrava e assim que meu jugo afrouxar um pouco derrotarei meu amo e vencedor”, diz Fichte (apud SENETT, 2001, p. 62). Assim, “a distinção não deve ser feita entre quem é livre e quem é escravo”, afirma Hegel (apud SENETT, 2001, p. 63). Na verdade, o escravo é dominado de fora, enquanto o outro tem o seu senhor dentro de si e, por isso mesmo, é seu



próprio escravo. Importa observar como, em alguns casos, as crises de autoridade são construídas em torno das modulações do reconhecimento da necessidade de liberdade que o homem possui. E esse fato, se mal administrado, pode “acorrentar” o homem a si mesmo. Assim, a liberdade provém da capacidade do homem de expulsar o senhor que há dentro de si.

A crise também pode decorrer da descrença naquilo ou naquele em que antes se acreditou. Esses atos de descrença não são, todavia, fins em si mesmos; são meios para chegar a novos padrões de crença. A ideia de que a autoridade é renovada por crises periódicas talvez seja o elemento mais radical da teoria de Hegel. Ele afirma que as crises modificam a natureza da consciência da pessoa. Essa modificação da consciência como consequência da crise na verdade não é uma bem-aventurança. É uma experiência de cisão; é o reconhecimento final de que há um tirano e um escravo vivendo em todo ser humano. A liberdade existe, finalmente, quando o reconhecimento que dou ao outro nada retira de mim.

Segundo Hegel (apud SENNETT, 2001), o modo como ocorrem as crises de autoridade se dá a partir do estágio da consciência infeliz, em que a mentalidade oposicionista do “nós contra eles” é superada, e a pessoa passa a conceber as origens da servidão como um enigma do desejo íntimo. A partir disso, considera-se importante destacar aqui alguns questionamentos que Sennett faz a título de reflexão: Como ocorre essa mudança maciça da consciência? Em que tipo de mundo essa infelicidade teria sentido? A consciência infeliz instiga as pessoas a acreditarem na autoridade sem acreditarem na onipotência da pessoa em posição de autoridade? Como é o poder sem onipotência?

Os gregos conheciam essa destinação. Conta Sennett (2001) que todas as peças tebanas de Sófocles versam sobre atos de reconhecimento que destronam a autoridade suprema; as peças são tragédias. Ao lado do amor ateniense pela ordem racional, há uma desconfiança na capacidade humana de ordenar o mundo. Essa desconfiança, esse medo da arrogância nascida do orgulho, era tida como libertadora do sujeito. Hegel chegou à visão de uma sociedade racional e cooperativa.

Os processos pelos quais a crise de autoridade dá origem à consciência infeliz e à sociedade que a respalda obrigam a pensar na

autoridade em termos muito mais sombrios. Esse processo de como se inicia a crise implica sempre uma operação delicada de desvinculação. Senett (2001, p.190) afirma que “uma crise é gerada por uma pessoa que sem dúvida sofreu nas mãos de uma autoridade e o processo é gerado de tal forma que se sente vítima”. Assim, a essência do reconhecimento da pessoa sobre a vítima fica “ferida”, o que desgasta a autoridade que estava sendo exercida.

Outro aspecto a ser considerado é o de que nenhum de nós é exatamente aquilo de que o outro precisa ou que projeta e, em algumas situações, esse fator poderá ser elemento provocador de uma crise, pois o “desejo interior” não satisfeito de que o outro corresponda ao que se espera do eu provoca desgaste silencioso do sentimento de valorização pessoal. Seja qual for, no entanto, a impressão causada pela autoridade de outra pessoa, essa impressão é profunda e não pode ser apagada apenas por um ato libertário de vontade. Ocorrido o reconhecimento da ponderação da autoridade, a questão mais importante a ser enfrentada pela pessoa é saber exatamente de que modo a autoridade a faz agir.

Outro elemento provocador da crise de autoridade do ponto de vista coletivo é o enfraquecimento dos controles sociais, chamado de anomia. Um exemplo disso tem-se em Durkheim, em *O suicídio*<sup>2</sup>, quando acreditava, ao falar sobre o desespero geral, que o padrão, a oscilação e o índice de suicídios numa sociedade tinham como um dos elementos causais um governo fraco num momento e circunstância de instabilidade para o povo. Durkheim entendia que o suicídio possuía causas sociais. Segundo ele, “são nos grandes centros industriais que os crimes e os suicídios são mais numerosos [...]” (DURKHEIM, 1999, p.15). Neste caso, percebe-se que surgem sentimentos que só têm sentido no interior das particularidades históricas do grupo.

Para Adorno (1995), o estabelecimento de vínculos de compromisso é imprescindível para a consolidação da autoridade, e essa ausência da autoridade, sem vínculos de compromisso, é o que torna possível a “barbárie”. Assim, quais seriam os principais elementos que influenciam a crise de

---

<sup>2</sup> O suicídio, escrito em 1897, trata de um assunto considerado psicológico, abordado polemicamente por Durkheim como fenômeno social. Sua intenção era provar sua tese de que o suicídio é um fato social, forma de coerção exterior e independente do indivíduo, estabelecida em toda a sociedade e que, portanto, deve ser tratado como assunto sociológico.

autoridade de maneira geral? Seria o exacerbado e egoístico desejo de poder, de dominação, ou o anseio de novas fronteiras, os relativismos, a falta de direcionamento transparente dos líderes, a falta de foco coerente nas decisões, a falta de firmeza, as representações, o pragmatismo, as contradições difundidas nos relacionamentos sociais, a falta de valores éticos ou as inversões destes? Enfim, poderíamos até ir bem mais longe, contudo cabe, antes de chegar-se a um entendimento final sobre autoridade, refletir: A origem talvez esteja nas desigualdades entre os homens, construídas historicamente. Para tanto, cabe refletir ligeiramente sobre como as imagens de autoridade estão sendo construídas.

## **IMAGENS DE AUTORIDADE**

As imagens da autoridade vêm sendo construídas processualmente nas relações sociais. O paternalismo, no séc. XIX tinha a figura do patrão como pai que representava a autoridade. O patriarcado foi desenvolvido nas sociedades em que todas as pessoas se aparentam conscientemente por laços consanguíneos. (Ex. Os patriarcas do Antigo Testamento). A sociedade patrimonial foi uma forma de organização em que a propriedade passava de geração em geração para o varão primogênito seguinte. O feudo medieval é o exemplo mais óbvio.

No industrialismo moderno, os subalternos não conseguiram os termos do poder usados por seus opressores. A negação da autoridade não transcendeu o ethos do capitalismo: “posse” é o termo dominante. Nesta sociedade moderna, o que se vê exatamente é o poder sem amparo, que foi transformado numa outra imagem de autoridade, no polo oposto ao paternalismo: em lugar de falso interesse, essa nova “autoridade” não expressa interesse algum pelos outros. Trata-se de uma autoridade sem amor, segundo Sennett (2001).

Nas Ciências Físicas, “autonomia” significa ‘autossuficiência’; no renascentismo, autônoma era a pessoa dotada de autocontrole, o que era raro e, por isso, impunha respeito. Esse aspecto merece destaque, pois a pessoa que impõe respeito faz mais do que meramente determinar respeito: quem

parece ser senhor de si tem uma força que intimida os outros. A razão objetiva é a força que induz a conduta humana a uma compreensão final de sua própria razão e justiça. Força, nesse sentido, entendida como as faculdades de razão, classificação, inferência e dedução que norteiam as ações do homem. A autonomia foi herdeira inversa do individualismo e do poder que se poderia assumir. Para uma melhor compreensão de como a autonomia constrói a autoridade, acrescentam-se mais algumas contribuições de Sennett (2001, p.117), que relaciona quatro facetas da autoridade autônoma:

1. Sua relação com a disciplina: tanto a que o indivíduo impõe a si mesmo quanto àquela que impõe aos outros. Parece, num 1º momento, tratar-se de uma autodisciplina voluntária, pelo bem da empresa: sem a força, contudo, nos discursos dos empregadores, normalmente se percebe mensagem coercitiva oculta, tal como “trabalhar com afinco é produto da educação, do desenvolvimento e do caráter”.

2. O vínculo que se pode construir entre uma pessoa autônoma e um subordinado; a pessoa que disciplinou seus recursos, que tem autocontrole, é, portanto, uma figura autônoma capaz de disciplinar os outros, fazendo que eles se sintam envergonhados. A vergonha tornou-se mais forte à medida que a violência declinou nas sociedades ocidentais como instrumento disciplinar do cotidiano. Em O processo civilizador, Norbert Elias (apud SENETT, 2001) afirmar que a vergonha tornou-se um fenômeno cada vez mais importante na sociedade moderna – ele foi o primeiro a afirmar isso. A autoridade é algo que se fundamenta, em parte, no medo de uma pessoa mais poderosa e a infligência de dor é uma base concreta desse poder. A dor aqui pode ser definida não necessariamente como a dor física. A vergonha tomou o lugar da violência como forma rotineira da punição nas sociedades ocidentais. É o desgaste silencioso do sentimento de valorização pessoal que acaba por derrotar os sujeitos. Sennett (2001) declara que, quando a vergonha é silenciosa e implícita, ela se torna um instrumento evidente de quem detém o poder para pôr as pessoas “nos eixos”.

3. O modo como os controles exercidos pelas autoridades autônomas sobre os outros estão se tornando mais velados e protegidos nas modernas ideologias burocráticas: o patrão mantém frieza ao tratar com o subordinado, estabelecendo sua dominação pela prática da indiferença e deixando que o empregado dê a si

mesmo as respostas pelas quais foi em busca no outro. Encontrar novas maneiras de motivar os empregados constitui-se em nova marca do alto capitalismo.

4. A crença na autonomia como uma forma de liberdade. “Autonomia” deve ser entendida aqui como algo que envolve outro tipo de ilusão: um disfarce do poder, de tal sorte que ele parece não provir de lugar nenhum, ser impessoal como se fosse um disfarce encarnado na palavra “influência”. Sennett (2001, p.155) cita Herbert Simon, que conceitua “influência” de uma forma moralmente casta: “a manipulação, o engodo e a auto proteção parecem desempenhar um papel desprezível no processo de influenciar outras pessoas e, com isso, chegar às decisões”.

Uma das muitas razões por que a autonomia desperta sentimentos tão intensos é que muitas pessoas passaram a crer que ser autônomo é ser livre. Tocqueville<sup>3</sup> em *Democracia na América* fala na liberdade como meta do individualismo, porém com o sentido de um retrato compassivo, uma imagem dos impulsos mais gentis das pessoas comuns. Este é o conceito de individualismo para ele:

Um sentimento pacífico e moderado, que leva cada cidadão a se isolar da massa de seus semelhantes e a se recolher no círculo de seus familiares e amigos. Além disso, havendo criado essa pequena sociedade para seu bem estar imediato, ele deixa de bom grado que a sociedade maior siga seu caminho (SENETT, 2001, p.160).

“Egoísmo”, para ele, é um amor apaixonado e exagerado por si mesmo, que leva a pessoa a relacionar tudo consigo mesmo e a preferir suas próprias necessidades a todas as outras coisas.

Senett comenta que esse não é um individualismo dos darwinistas sociais; não é uma força dura pela sobrevivência, nem o individualismo que Jacob Burckhardt imaginou nascido do renascimento italiano e que se tornou cada vez mais forte na história moderna, mostrando homens e mulheres que lutam por conquistar o louvor uns dos outros ou para serem reconhecidos como indivíduos. Ao contrário, é *virtus* o que implica um intenso sentimento de comunhão. Tocqueville mostra pessoas cujo desejo primeiro é serem deixadas

---

<sup>3</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América* 4ª. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. 597 p. ISBN: 8531900565. Citado por Richard Sennett em sua obra *Autoridade* (2001).

a sós. Não sendo empresários avarentos, nem personagens vigorosos à procura de aplauso, eles querem ficar entregues a si mesmos, a fim de poderem desenvolver seus interesses, preferências e seus sentimentos íntimos. Deseja-se igualar as condições do poder na sociedade, a fim de que ninguém tenha forças de se intrometer; se todos forem iguais, todos poderão seguir seus distintos caminhos. Isso é descrito por ele como “individualismo democrático” (usa-se “democrático” aqui com o sentido de ‘igual’).

Quando as condições não permitem a condição de igual, há uma segunda linha, que é a da indiferença, do retraimento, insensibilidade deliberada do outro como mecanismo de defesa, pois assim ele não poderá atingi-lo emocionalmente. Essa linha encarna a autonomia como ideal de liberdade na vida dos que dependem de terceiros, afirma Sennett (2001).

É verdade que o valor atribuído à autonomia pelos que não a têm é capaz de reforçar a autoridade dos que são percebidos como seus possuidores. Os que a possuem são superiores e mais livres e, portanto, concebidos como pessoas fortes. Tocqueville temia que, na relação entre autoridade e independência, as pessoas fossem livres para descrever da autoridade, chegando a declarar isso. Liberdade de expressão desconhecida em diversas pátrias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As transformações sociais, os avanços tecnológicos da sociedade pós-moderna trouxeram, de forma mais emergente, os problemas sociais e inter-relacionais. O que se tem visto são pais, educadores e profissionais sérios com angústias e incompletudes dentro de estruturas institucionais. Seria bom pensar pelo lado formativo do sujeito e singelamente sonhar que as interpretações das relações de poder que advêm da formação dos vínculos afetivos podem ser “ensinadas” como os currículos escolares. Tem-se tentado fazer isso por meio dos chamados “temas transversais”, que didaticamente trabalham elementos éticos, tais como o reconhecimento do valor do outro, simpatia, sensibilidade, modéstia, inclusão, respeito às diferenças e respeito de si, entre outros, contudo o discurso promulgado hoje é o de uma sociedade de

indivíduos marcada pela exigência do “livre” uso do seu “arbitrio.” Ficou para trás a tese que sustentou o período das trevas, em que a liberdade individual era subordinada à autoridade universal de coação, cuja premissa era a de obediência ao “supremo e temível Deus”.

Assim, a pergunta que ainda permanece e incita profundas reflexões é: Como mediar à formação de sujeitos plenos e mais dignos nesse “emaranhado confuso” em que estamos envolvidos, se hoje não se tem clareza do que é autoridade e, sobretudo, se nós, adultos, não sabemos como formá-la primeiramente dentro de nós para que assim saibamos exercê-la? O exercício nobre da autoridade é imprescindível para a construção de pessoas autônomas e emancipadas socialmente. É certo que a autoridade não se impõe, pois é formativa e suporta contradições quando fundada no exercício dialético da democracia.

Esse sujeito histórico-social que se tem visualizado, especialmente na juventude contemporânea, tem demonstrado que, junto com a “era comunicacional” nasceram novas formas de pensar, agir e reagir em face da realidade. Esse sujeito tem o papel fundamental hoje de emblematizar questões, completamente contrário ao modelo conservador vivido pelas gerações anteriores, contudo o tempo pós-moderno tem projeção tendente à universalidade, e essa característica tem deixado à deriva uma série de anseios, abrindo um conjunto ilimitado de caminhos alternativos.

Perceber, nas relações interpessoais, a subjetividade de cada indivíduo para, a partir dela, formar uma relação objetiva que essa nova constituição identitária requer é, no mínimo, desafiador. Urge que os sujeitos sejam autônomos para que sejam estabelecidas relações sociais legítimas, uma vez que, quando se destrói a legitimidade de uma relação social por qualquer que seja a causa, destrói-se a força da autoridade dela.

Assim, o pretendido aqui foi o de apenas começar a discussão sobre autoridade perpassando pelo seu viés histórico-social, respeitada a dimensão complexa com que o tema se apresenta. Isso exige não menos que o sentimento de “ser parte de”, integrar, envolver e estabelecer conexão com as questões-problemas, numa linha tanto cronológica quanto imaginária do tempo presente. Entende-se que o homem, com sua consciência de sujeito ativo, é quem faz a história dentro do seu tempo e espaço, mas as interpretações de

poder vivenciadas por esse homem quer na sua vida política, quer na psicológica (como bem disse Sennett), “não escapam as devastações do tempo ou às questões de integridade”, mas com a clareza de que, na vida cotidiana, a autoridade é um processo interpretativo.

Logo, perceber as diferentes formas de compreensão da autoridade, de como as crises se processam na vida do indivíduo e de como este forma imagens das relações de força, aumenta o desejo despretenso de “ousar” compreender o porquê de hodiernamente se vivenciar até certo “medo” de pronunciar essa palavra, que por si só traduz alteridade. Portanto, não esta “conversa” não se encerra agora; ao contrário, lança luzes para discussões que apenas se iniciaram aqui.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. Que é autoridade? In: \_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Mínima moralia*. São Paulo: Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. *La personalidad autoritária*. Buenos Aires: Ed. Proyección, 1965.

BARSA. 3. ed. São Paulo: *Barsa Planeta Internacional Ltda.*, 2005. Vol 2.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. [tradução: Paulo Neves; revisão da tradução Eduardo Brandão]. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Da divisão do trabalho social*. [tradução Eduardo Brandão]. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREUD, Sigmund. *O mal estar na civilização*. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo. Cia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, M. Meios e fins. In: \_\_\_\_\_. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

ROSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre as origens e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. In: Rosseau. São Paulo: Abril Cultural, 2002.



SENNETT, Richard. *1943–Autoridade*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941. In: *Educação, Sujeito e História*. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

WEBER, Max. *Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 2001.